

## **CONTRATAÇÃO**

### **2. PROCEDIMENTO CPR/AQ/08/22/DCP - FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL.**

- a) Submetem-se a ratificação do Executivo Municipal todas as propostas relativas ao **Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN)**, **Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE)**, **Lote 3 - Média Tensão (MT)** e **Lote 5 – Iluminação Pública (IT)**, constantes no ponto 3.º da **informação de abertura** do procedimento em epígrafe, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 09 de dezembro, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- b) Submete-se a ratificação a **decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato** tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 30 de dezembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
- c) Submete-se igualmente a ratificação a **aceitação da alteração do valor contratual e a aprovação da minuta alterada do contrato**, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 24 de janeiro de 2023, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

## CADERNO DE ENCARGOS

### FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE

#### Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1. Objeto.....	2
2. Definições.....	2
3. Prazo do contrato.....	3
4. Forma e documentos contratuais.....	3
5. Obrigações principais do adjudicatário.....	4
6. Preço contratual.....	4
7. Condições de pagamento.....	6
8. Penalidades contratuais.....	7
9. Dever de sigilo.....	7
10. Proteção de dados pessoais.....	8
11. Força maior.....	8
12. Resolução por parte da entidade adjudicante.....	9
13. Resolução por parte do adjudicatário.....	10
14. Foro competente.....	10
15. Subcontratação e cessão da posição contratual.....	10
16. Comunicações e notificações.....	10
17. Local do Fornecimento de Energia.....	10
18. Gestor do Contrato.....	11
19. Comunicações e notificações.....	12
20. Contagem dos prazos.....	12
21. Legislação aplicável.....	12
Parte II – Cláusulas Especiais.....	12
22. Especificações técnicas.....	12

## PARTE I – Cláusulas Gerais

### 1. Objeto

1. Procedimento n.º **CPR/AQ/08/22/DCP**.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.
3. O objeto do contrato será celebrado ao abrigo do Acordo-quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental - AQ-ELE 2020 da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), onde a Câmara Municipal de Braga se incluiu como uma Entidade compradora voluntária, enquadrada no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual, em virtude da adesão efetuada ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) para a categoria de aquisições objeto do presente Acordo-Quadro.
4. Os contratos a celebrar ao abrigo dos lotes do Acordo-Quadro têm por objeto o fornecimento de eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental, em função de diversos níveis de tensão distribuídos de acordo com os seguintes lotes:
  - a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
  - b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
  - c) Lote 3 - Média Tensão (MT);
  - d) Lote 5 - Iluminação Pública (IP);

### 2. Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se ou adotam-se as seguintes definições:

**CCP** – Códigos dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;

**Contrato** – contrato a celebrar entre a entidade adjudicante e o adjudicatário nos termos do presente caderno de encargos;

**Gestor do contrato** – Responsável único, nomeado quer pela entidade adjudicante quer pelo cocontratante para gestão do contrato celebrado ao abrigo do acordo quadro;

**ESPAP** – entidade criada pelo Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho, sucedendo à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE (ANCP) nas atribuições e competências definidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, cf. artigos 21º e 22º do Decreto-Lei n.º 117- A/2012;

**Acordo Quadro** – Acordo Quadro AQ-ELE 2020 para o fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para Portugal Continental, ao abrigo do qual se disciplina o presente procedimento pré-contratual e a relação contratual subjacente;

**Entidade Adjudicante** – Município de Braga;

**Adjudicatário** – entidade convidada a quem se adjudica a execução do contrato;



**Nível de serviço** – Contrato que especifica os níveis de serviço ou standards de desempenho que a entidade prestadora do serviço se compromete a prestar a uma determinada entidade adquirente, nomeadamente, a disponibilidade da infraestrutura e comunicações, confidencialidade, segurança dos dados, etc; o mesmo que Service Level Agreement (SLA).

---

### 3. Prazo do contrato

1. Para todos os Lotes submetidos a concurso, o(s) contrato(s) mantém-se em vigor **até 31 de dezembro de 2023**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. Prevê-se que o início do fornecimento de energia elétrica ocorra a 01 de janeiro de 2023.
3. O prazo indicado no número um, inicia-se com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente.
4. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo.
5. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
6. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

---

### 4. Forma e documentos contratuais

1. O (s) contrato(s) serão reduzido a escrito nos termos indicados no ponto anterior.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a. Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos e o caderno de encargos do Acordo Quadro;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

---

## 5. Obrigações principais do adjudicatário

1. O cocontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Fornecer eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental conforme as condições definidas no Acordo-Quadro e demais documentos contratuais;
3. Para além das obrigações previstas no caderno de encargos do Acordo Quadro, constituem ainda obrigações do cocontratante:
  - a. Fornecer os bens à entidade adjudicante, conforme as Características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e as especificações do presente caderno de encargos;
  - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais necessários e adequados à execução do contrato;
  - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossíveis o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante ou nos termos do Acordo Quadro;
  - d. Não alterar as condições do fornecimento dos bens fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;
  - e. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
  - f. Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - g. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - i. São ainda obrigações das entidades cocontratantes o cumprimento das demais cláusulas contratuais previstas no Acordo-quadro ELE 2020.

---

## 6. Preço contratual

1. Pelo fornecimento do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s), em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto três, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente fornecidas e o preço unitário dos bens constante da proposta**



**adjudicada**, que em caso algum, **não podem ser superiores ao estabelecido na fase de seleção do acordo-quadro e respetivas revisões**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Pelo cumprimento de todas as obrigações, a entidade adjudicante obriga-se, também, a pagar ao prestador de serviços, em função do consumo efetivamente verificado, as tarifas as tarifas relativas às parcelas das Componentes de Acesso às Redes em cada nível de tensão, fixadas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e não sujeitas a concurso.
3. Os valores contratuais estimados, por lote, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderão exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

		Energia Ativa	Valor tarifas ERSE + taxas + impostos (€)	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
Lote 1	Baixa Tensão Normal (BTN)	1 342 732,58 €	36 144,27 €	1 378 876,85 €
Lote 2	Baixa Tensão Especial (BTE)	1 221 635,40 €	39 520,13 €	1 261 155,53 €
Lote 3	Média Tensão (MT)	1 417 621,19 €	- 49 929,12 €	1 367 692,08 €
Lote 5	Iluminação Pública (IP, que inclui BTN)	5 209 439,90 €	679 480,10 €	5 888 920,00 €
	<b>TOTAL</b>	<b>9 191 429,08 €</b>	<b>705 215,38 €</b>	<b>9 896 644,46 €</b>

4. O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, **ser superior a 9.896.644,46 € na totalidade dos lotes**, e no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
5. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante.
6. Os preços constantes dos contratos celebrados ao abrigo do Acordo Quadro poderão ser objeto de revisão, decorridos 6 meses de contrato, e desde que existam condicionantes externas que o justifiquem, e que coloquem em causa a normal execução do contrato, de acordo com a seguinte expressão:

$$P_{unit.}^i = P_{unit.}^0 \times \frac{Index^i}{Index^0}$$

em que:

- $P_{Unit.i}$  é o preço unitário (€/kWh) resultante da revisão;
- $P_{Unit.0}$  é o preço unitário (€/kWh) inicial do contrato, isto é, da proposta adjudicada;
- $Index_i$  é o indexante de preços médios do AQ definidos no trimestre anterior ao momento em que ocorre a revisão;
- $Index_0$  é o indexante de preços médios do AQ definidos no trimestre em vigor à data da celebração do contrato.

---

## 7. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **30 dias**, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
  - a. o artigo 36.º do CIVA;
  - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
  - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
    - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
    - ii. Contactos: [sales@saphety.com](mailto:sales@saphety.com); [faturaeletronica@saphety.com](mailto:faturaeletronica@saphety.com) e [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).
2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2022 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: [servico.contabilidade@cm-braga.pt](mailto:servico.contabilidade@cm-braga.pt) (Despacho 49/2022 – XXIII de 24/05/2022).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
4. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas e serviços prestados.
5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos fornecimentos mensais.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



8. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
9. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
10. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

---

## **8. Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento da obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
  - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

---

## **9. Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

## **10. Proteção de dados pessoais**

1. O fornecedor e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial ao Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

---

## **11. Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

---

## **12. Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
- a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do



adjudicatário;

- b) Prestação de falsas declarações;
- c) Estado de falência ou insolvência;
- d) Cessação da atividade;
- e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.

5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

---

### **13. Resolução por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

---

### **14. Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

---

### **15. Subcontratação e cessão da posição contratual**

- 1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- 2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

---

### **16. Comunicações e notificações**

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

---

### **17. Local do Fornecimento de Energia**

- 1. Os serviços objeto da contratação serão prestados nas instalações do Município de Braga, conforme consta do **Anexo I** deste caderno de encargos.
- 2. As quantidades de energia elétrica a contratar são indicativas, podendo as mesmas vir a ser alteradas pela introdução de variações do consumo durante a execução do presente contrato.
- 3. Caso venham a ser estabelecidos diferentes tarifários, a entidade adquirente escolherá o tarifário que melhor se adaptará aos seus perfis de consumo.

4. No decorrer da vigência do contrato, o contraente público poderá criar novos pontos de entrega ou, pelo contrário, desativar alguns dos já existentes.
5. Os novos pontos de entrega, criados durante a execução do contrato integram-no e estão sujeitos a todas as condições contratualizadas.
6. A entidade adjudicante reserva-se o direito de implementar medidas de utilização racional da energia tendo em vista a redução dos consumos de energia das suas instalações, quer seja por implementação de medidas de eficiência energética ou de racionalização energética, quer pela transferência dos consumos para horários mais favoráveis, quando exequível.
7. A entidade adjudicante reserva-se ainda ao direito de, em virtude da implementação de medidas especificadas no ponto anterior, ou em virtude de outro tipo de alterações ao nível do perfil de consumos, a possibilidade de efetuar a redução da potência contratada para cada instalação.
8. Não são consideradas alterações ao contrato:
  - a. A redução ou aumento do número de pontos de entrega;
  - b. Aumento ou diminuição do consumo, por força, nomeadamente, da variação do número de luminárias e das suas características técnicas, ou com eventual aumento ou redução do consumo;
  - c. A instalação de outros equipamentos ou sistemas que visem a eficiência energética.
9. A faturação deverá ser feita por medição, em função dos consumos obtidos.
10. Quando tal não for possível a faturação poderá ser estimada, de acordo com a tipologia do local de consumo, numa periodicidade máxima de 3 (três) meses.
11. Nos casos em que exista telecontagem a mesma deverá ser fornecida sempre que solicitada pela entidade adjudicante.
12. Na ausência de sistemas de telecontagem, ou na ausência de comunicação de leituras pela Entidade Adjudicante, deverá o Adjudicatário respeitar a periodicidade de realização das leituras pelo Operador da Rede de Distribuição.
13. Nos locais de consumo em que não existe equipamento de contagem de energia elétrica, deve ser aplicada a medição pelo método de estimativa do Consumo Fixo (ponto 33.3 do Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados - Portugal Continental).
14. Quando não existam sistemas de medição de consumos adequados (e.g. contadores multi-horários), a contagem de energia elétrica, por períodos horário, e tendo em conta a tipologia do local de consumo, deverá ser feita de acordo com o disposto no Guia de Medição, Leitura e Disponibilização de Dados de Energia Elétrica em Portugal Continental, publicado pela ERSE em 23 de Dezembro de 2016, nomeadamente com os Perfis de Consumo aplicáveis publicados sub-regulamentação específica, conforme disponibilizado pela ERSE.
15. O Ciclo horário a considerar deverá ser o indicado para cada um dos locais de consumo constantes no Anexo I do presente Caderno de Encargos, podendo no entanto vir a sofrer eventual alteração caso se torne vantajoso para a entidade adjudicante, conforme mencionado no ponto 7 da presente cláusula.

---

## **18. Gestor do Contrato**



Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato:

a. Gestor do contrato: Eng. Mónica Leite

---

#### **19. Comunicações e notificações**

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

**À atenção de:..**

Praça do Município, 4700-435 Braga

**E-mail: \_**

---

#### **20. Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

---

#### **21. Legislação aplicável**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

### **Parte II – Cláusulas Especiais**

---

#### **22. Especificações técnicas**

1. As especificações para o presente contrato estão em conformidade com o Acordo-Quadro para o fornecimento de eletricidade, em regime de mercado livre, para Portugal Continental, em função de diversos níveis de tensão distribuídos de acordo com os seguintes lotes
  - a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
  - b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
  - c) Lote 3 - Média Tensão (MT);
  - d) Lote 5 - Iluminação Pública (IP);sendo os consumos mencionados na tabela infra as quantidades estimadas de consumo para os 12 meses de execução prevista de contrato.

**Lote 1 - BTN | Baixa tensão normal**
**Energia ativa**

Nível de tensão		Ciclo	Tarifário		Consumo (kWh)
BTN - Baixa tensão normal	Potência contratada ≤ 20,7 kVA	Sem ciclo	Simples	Todas as horas	332 008
		Ciclo diário e semanal	Bi-horário	Horas de vazio	577 597
				Horas fora de vazio	647 912
			Tri-horário	Horas de cheia	1 356
				Horas de ponta	1 502
				Horas de vazio	2 541
	Potência contratada > 20,7 kVA	Ciclo diário e semanal	Tri-horário	Horas de cheia	567 156
				Horas de ponta	300 515
				Horas de vazio	953 910
TOTAL					3 384 497

**Lote 2 - BTE | Baixa tensão especial**
**Energia ativa**

Nível de tensão	Ciclo	Tarifário		Consumo
BTE - Baixa tensão especial	Ciclo diário	Tetra-horário	Horas de ponta	570 283
			Horas cheias	1 435 463
			Horas de vazio normal	531 822
			Horas de super vazio	518 473
	Ciclo semanal	Tetra-horário	Horas de ponta	
			Horas cheias	
			Horas de vazio normal	
			Horas de super vazio	
TOTAL				3 056 041

**Lote 3 - MT | Média tensão**



Energia ativa				
Nível de tensão	Ciclo	Tarifário		Consumo
MT- Média tensão	Todos os ciclos	Tetra-horário	Horas de ponta	685 026
			Horas cheias	1 853 749
			Horas de vazio normal	593 178
			Horas de super vazio	679 339
TOTAL				3 811 292

Lote 5 - IP BTN - Iluminação pública em BTN				
Energia ativa				
Nível de tensão	Ciclo	Tarifário		Consumo previsto 12 meses
IP BTN - Iluminação pública BTN	Todos os ciclos	Simples	Todas as horas	
			Horas de vazio	
		Bi-horário	Horas fora de vazio	
			Horas de cheia	1 147 833
		Tri-horário	Horas de ponta	7 360 922
			Horas de vazio	2 757 585
TOTAL				11 266 340


2. O contrato a celebrar será executado nos diversos locais do Município de Braga, referidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.

**Despacho:**

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 22.12.09

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

## RELATÓRIO FINAL

**elaborado nos termos do artigo 124.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS**, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

### 1. Referência do Procedimento

Consulta Prévia n.º CPRAQ/4/22/DCP

### 2. Objeto

O fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, compreendendo os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN);
- b) Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE);
- c) Lote 3 - Média Tensão (MT);
- d) Lote 5 - Iluminação Pública (IP);

abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental.);

### 3. Designação do Júri

**Órgão competente:** Câmara Municipal de Braga

**Habilitação:** Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A autorização para a abertura e respetiva designação do júri, foi tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de Braga, a 09/12/2022, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, sendo, nos termos da norma anteriormente referenciada, será submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião.

### 4. Membros do Júri

Designados	Função			Participantes no Relatório
	Presidente	Membros		
		Efetivo	Suplente	
	✓			
		✓		
		✓		✓
			✓	✓



			✓	✓
			✓	
			✓	

## 5. Entidades que apresentaram proposta



A publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica foi realizada por Leila Camacho em 2022-12-20 13:08:33, tendo-lhe sido associado um selo temporal.

514286652 - Axpo Energia Portugal, Unipessoal, Lda

502124083 - Iberdrola Clientes Portugal Unipessoal

504723456 - A Gaip Power SA foi fundida na Petrol SA desde 01Nov2021 (os convites deverão ser feitos à empresa Petrol SA - nif 500697370)

503504564 - EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.

980245974 - ENDESA ENERGIA SA - SUCURSAL PORTUGAL

## 6. Audiência prévia

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 123.º do artigo, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 3 (três) dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

Assim, nesta conformidade, o júri deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar.

## 7. Proposta de adjudicação

Face ao exposto é proposto a adjudicação para da proposta do concorrente **ENDESA ENERGIAS SA – SUCURSAL PORTUGAL**:

Concorrente: ENDESA, S.A		Valor da Proposta s/IVA  Energia Ativa	Valor tarifas ERSE + taxas + impostos (€) (conforme o disposto no n.º 3 do ponto 5 do caderno de encargos)	Valor estimado para o contrato a celebrar S/IVA (energia ativa + tarifas ERSE + taxas + impostos) (€)
Lote 1 BTN	Baixa Tensão Normal (BTN)	880 626,39 €	-171 868,13 €	708 758,26 €
Lote 2 BTE	Baixa Tensão Especial (BTE)	801 123,91 €	-63 335,45 €	737 788,46 €
Lote 3 MT	Média Tensão (MT)	930 395,87 €	-130 888,59 €	799 507,27 €
Lote 5 IP	Iluminação Pública (IP, que inclui BTN)	3 154 539,95 €	-321 943,96 €	2 832 595,99 €
		<b>5 766 686,12 €</b>	<b>-688 036,14 €</b>	<b>5 078 649,98 €</b>

\* De acordo com a cláusula 5.º do caderno de encargos, os valores contratuais resultam da multiplicação dos **preços unitários** adjudicados pelas **quantidades efetivas** não poderá exceder os montantes fixados na tabela supra mencionada, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA).

O produto da multiplicação dos preços unitários pelas quantidades efetivas **acrescidas de todos os outros elementos que compõem a fatura** a pagar ao co-contratante e que não se encontram submetidos à concorrência por serem regulados por entidades terceiras, não pode, em qualquer caso, ser superior aos montantes discriminados na tabela supramencionada, sendo o valor de € **5.078.649,98€, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

---

**8. Deliberações tomadas por:**

Unanimidade	Maioria
Todas	-

---

**9. Justificação do voto contra**

Não Aplicável

---

**10. Anexos**

a. Relatório preliminar;

---

**11. Data**

30/12/2022

---

**12. Assinatura**

O júri,